

A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES PSICOLÓGICAS SUPERIORES: UM OLHAR PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Lívia Vares da Silveira Braga
PPGE/UFES
liviavares@hotmail.com

Eixo 2. Propostas Curriculares e Práticas Pedagógicas
Pôster de pesquisa

Resumo: O presente estudo possui como objetivo geral investigar como as práticas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança com deficiência intelectual na Educação Infantil. Para tal, utilizaremos como aporte teórico os estudos de Lev S. Vigotski, pois este autor compreendia o sujeito como ser que produz história e cultura ao mesmo tempo em que já nasce imerso em uma história e cultura que lhe são anteriores. Além disso compreendia que o processo de aprendizagem e desenvolvimento ocorrem por meio das relações que se estabelecem com o meio. Para alcance dos objetivos propostos, por meio da abordagem qualitativa de pesquisa, utilizaremos a análise microgenética, pois este método de pesquisa consiste na compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico, com um olhar voltado para o particular, sem perder de vista o objeto em sua totalidade. Serão considerados sujeitos desse estudo professores de Educação Infantil, Professores especialistas em Educação Especial, Pedagogos e diretores envolvidos no trabalho pedagógico junto a criança com deficiência intelectual; a criança com deficiência intelectual matriculadas na escola comum e outros sujeitos que atuarem no campo de pesquisa ao longo do processo de estudo. Como resultados parciais percebemos que o aprendizado quando organizado de maneira adequada, pode resultar em desenvolvimento mental, colocando em movimento outros processos de desenvolvimento. Observamos ainda que muitas teorias têm buscado definir a deficiência intelectual em um único conceito, causas e modelos, no entanto, não dão conta do sujeito em sua historicidade e particularidade. No que diz respeito a Educação Infantil, notamos que muito foi conquistado mas ainda há muito o que se avançar não apenas no sentido da universalização e ampliação do acesso, mas também na construção de práticas pedagógicas que reflitam as particularidades da criança com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Deficiência Intelectual. Práticas Pedagógicas, Funções Psicológicas Superiores

Introdução

A deficiência intelectual vem sendo uma das questões que mais tem despertado o a preocupação dos profissionais da educação no contexto da escola da comum. Essa deficiência implica na condição da transformação dos modos de ensinar/aprender, propondo uma nova maneira para se pensar o conteúdo curricular e a construção do conhecimento, pois o sujeito com deficiência intelectual possui um jeito próprio de lidar com o mundo e com o saber, subvertendo padrões homogêneos de ensino.

Nesse sentido, o trabalho com a Educação Infantil tem buscado articular experiências e saberes das crianças com os conhecimentos a serem aprendidos/apreendidos, resultantes do processo histórico de construção do saber pela humanidade, considerando o patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico (BRASIL, 2010).

Assim, esse estudo pretende investigar como as práticas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança com deficiência intelectual na Educação Infantil.

Desse modo, nos perguntamos: como ocorrem esses processos nos sujeitos com deficiência intelectual? Como as relações sociais e os processos de mediação podem contribuir para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores? Como as práticas pedagógicas na/da Educação Infantil podem potencializar esse processo?

Referencial teórico-conceitual

O desenvolvimento das funções psicológicas superiores

Na perspectiva histórico-cultural o ser só se torna humano a partir das interações em seu meio social, histórico e cultural, num processo que se inicia na mais tenra idade e o acompanha por toda a vida.

Além disso, essa teoria compreende que o homem, enquanto sujeito, tem acesso ao conhecimento por meio da interação mediada pela relação com o outro. Este

outro, por sua vez, pode apresentar-se por meio de objetos e por organização do meio em que está inserido.

Desse modo, o homem produz seus instrumentos para a realização de tarefas e é capaz de preservá-los e transmitir sua função a outros, sendo capaz, ainda, de aperfeiçoá-los e criar novos signos (instrumentos psicológicos). Os signos, por sua vez, auxiliam o homem em suas atividades psíquicas, como controlar voluntariamente sua atividade psicológica e ampliar sua atenção e memória (VIGOSTKI, 2007).

Vale salientar que Vigotski compreendia que a formação da psique acontece no processo de desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a atenção, imaginação, memória, percepção, emoções, linguagem...

Neste sentido, Oliveira (1993) nos afirma que um dos pontos centrais do pensamento Vigotskiano está na ideia de que as funções psicológicas superiores são construídas ao longo da história social do homem. Esta, por sua vez, tem um papel de extrema importância no desenvolvimento psicológico que não pode ser buscado em propriedades naturais do sistema nervoso.

Estas são funções tipicamente humanas, que possuem base biológica e se desenvolvem de acordo com as experiências dos sujeitos, bem como o seu contexto histórico e cultural. Tais funções, operam em caráter sistêmico e se modificam ao longo do desenvolvimento.

Pensando a educação infantil

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica no Brasil e representa um espaço de muitas lutas e conquistas no campo do atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade.

Atualmente, o direito a Educação Infantil é garantido não só pela Constituição Brasileira de 1988, como também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n ° 9394/96), a qual dedica um capítulo inteiro a esta etapa. Além disso, a Educação Infantil conta com documentos norteadores específicos, como é o caso das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010).

Vale ressaltar que essas conquistas legais representam uma transformação na concepção de criança, que passou a ser entendida como cidadã, possuidora de voz e direitos, produtora de história e de cultura.

Mendes (2010), destaca que a oferta dessa etapa de ensino, vem recebendo ênfase desde as últimas décadas, principalmente com a intensificação da urbanização, da industrialização, da participação da mulher no mercado de trabalho e das mudanças na estrutura e organização das famílias.

No que diz respeito às práticas pedagógicas e currículo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organizou o trabalho da/na Educação Infantil por campos de experiências. Esse documento considera ainda em seu texto os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil. São eles: conviver, brincar, participar, explorar, conhecer-se, expressar. Com caráter lúdico, as práticas pedagógicas na Educação Infantil devem ser pensadas a partir de uma intencionalidade educativa.

Desse modo, percebemos essa etapa da Educação Básica como um direito social de suma importância para os processos de aprendizagem e desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos de idade. Notamos a necessidade de se considerar no trabalho pedagógico, as particularidades de cada faixa etária, compreendendo a criança como um sujeito histórico e cultural.

A deficiência intelectual

O sujeito com deficiência intelectual constitui público-alvo da Educação Especial desde o ano de 2008. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) garantiu a esses sujeitos o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, também, acesso a um currículo adequado às suas características e particularidades.

Ao observarmos o percurso histórico de atendimento aos sujeitos com deficiência, observamos que o atendimento aos sujeitos com deficiência intelectual foi um dos mais tardios se comparado ao atendimento aos sujeitos cegos e aos sujeitos surdos. E, esses atendimentos, quando não ocorridos por

iniciativas isoladas, quase sempre estavam ligados a aspectos médicos (MAZZOTTA, 2003; JANNUZZI, 2006).

Durante os anos de 1980, os estudos acadêmicos e a sociedade, de um modo geral, se referiam a essa condição humana com os termos “Retardo mental” e “Deficiência Mental”.

Em 1985, a Organização Mundial da Saúde, apresentou um relatório denominado “Mental retardation: meeting the challenge”, com uma definição de “Retardo Mental”, sendo essa entendida como funcionamento intelectual abaixo da média, que se origina durante o período de desenvolvimento associado a prejuízo no comportamento adaptativo (OMS, 1985).

Os estudos de Sasaki (2005) nos contam que em 1995 começou-se a pensar em uma nova terminologia para se referir aos sujeitos com deficiência intelectual. Esse termo foi utilizado pela primeira vez de modo oficial no ano de 1995, em um simpósio realizado na cidade de Nova York, organizado pela Organização Nacional das Nações Unidas, chamado *Intellectual Disability: programs, policies and planning for the future* (Deficiência Intelectual: programas, políticas e planejamento para o futuro).

Já no ano de 2014, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), definiu como deficiência intelectual um transtorno que se inicia no período de desenvolvimento do sujeito, que implica em déficits funcionais, tanto intelectuais como adaptativos, os quais inviabilizam atingir padrões de desenvolvimento socioculturais de independência e responsabilidade social (APA, 2014).

Anache (2004) e Bridi (2011) nos mostram em seus estudos que a concepção teórico-conceitual que utilizamos traz implicações em nossas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, Anache (2004) aponta em seu estudo a existência de diferentes modelos de diagnósticos que fundamentam propostas e definições acerca da

deficiência intelectual. São eles os chamados modelo médico, modelo psicológico e modelo social.

Esses modelos representam concepções que têm fundamentado instrumentos diagnósticos e manuais. O coeficiente de inteligência (QI), ainda é muito utilizado no diagnóstico clínico da deficiência intelectual, bem como o Código Internacional de Doenças (CID 10), que especifica o Retardo Mental com variações de leve a severo representados pelos códigos F70 a F79. Além disso, fundamentam o Manual de Diagnóstico e estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-IV e DSM-V).

Desse modo, consideramos de suma importância compreender esses sujeitos a partir de seus contextos históricos e sociais, entendê-los como sujeitos produtores de cultura, dotados de voz e de direitos, partindo de uma concepção de deficiência que transcende os aspectos biológicos, mas que possui centralidade na pessoa.

Objetivos

Objetivo geral

Este estudo possui como objetivo geral **investigar como as práticas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores da criança com deficiência intelectual na Educação Infantil.**

Objetivos específicos

Como objetivos específicos pretende-se:

- a) analisar o papel da mediação para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores nos processos de aprendizagem e desenvolvimento no contexto escolar;
- b) conhecer as características e habilidades dos sujeitos com deficiência intelectual no que diz respeito a sua aprendizagem e desenvolvimento;

c) identificar e analisar práticas pedagógicas que potencializem ou não a aprendizagem e desenvolvimento da criança com deficiência intelectual na Educação Infantil com foco no desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores.

Considerações metodológicas do estudo.

Desenvolver um estudo de pesquisa em educação é algo que envolve uma complexidade, tendo em vista sua dimensão plural, a relação entre os sujeitos, o tempo e o espaço no/do qual se fala e se pensa. Assim, o estudo requer um método de investigação que seja coerente com a abordagem teórica que fundamenta a reflexão necessária.

Pensando por esse viés e sustentados pela teoria histórico-cultural, lembramos que Vigotski não definia uma separação entre teoria e método. Para o autor “El objeto y el método de investigación mantienen una relación muy estrecha” (VIGOTSKI, 1995, p. 47).

Vigotski, ao pensar a Nova Psicologia, entendia que as pesquisas e experimentos desenvolvidos nesse campo, deveriam pensar o sujeito em sua totalidade, considerando os processos intersubjetivos e intra-subjetivos, além das relações estabelecidas com o meio em que este sujeito está inserido.

Desse modo, para alcance dos objetivos propostos, este estudo será de natureza qualitativa, pois não se dará em função dos resultados, mas sim da compreensão dos eventos. Será utilizado como método de pesquisa a análise microgenética, por esse método consistir na compreensão dos fenômenos a partir de seu acontecer histórico, com um olhar voltado para o particular, sem perder de vista o objeto em sua totalidade.

Como procedimento metodológico de recolha de dados utilizaremos a observação, com foco a buscar a compreensão desses eventos e como esses se relacionam entre si.

Utilizaremos ainda a entrevista como procedimento de recolha de dados, pois, de acordo com Freitas (2002),

A entrevista, na pesquisa qualitativa de cunho sócio-histórico, também é marcada por essa dimensão do social. Ela não se reduz a uma troca de perguntas e respostas previamente preparadas, mas é concebida como uma produção de linguagem, portanto, dialógica. (p.29).

Considerando tais aspectos, essa pesquisa será realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), situado no município de Serra/ES.

Serão considerados sujeitos desse estudo professores de Educação Infantil, Professores especialistas em Educação Especial, Pedagogos e diretores envolvidos no trabalho pedagógico junto a criança com deficiência intelectual; a criança com deficiência intelectual matriculadas na escola comum e outros sujeitos que atuarem no campo de pesquisa ao longo do processo de estudo.

Conclusões parciais

Por meio das leituras e análises iniciais podemos notar que o aprendizado desencadeia diversos processos internos de desenvolvimento, os quais são capazes de operar somente quando o sujeito se relaciona com o outro em seu meio e quando em cooperação com seus pares.

Vemos que, para Vigotski, o aprendizado não é desenvolvimento, entretanto, quando organizado de maneira adequada, pode resultar em desenvolvimento mental, colocando em movimento outros processos de desenvolvimento.

Percebemos que muitas teorias têm buscado definir a deficiência intelectual em um único conceito, causas e modelos, no entanto, não dão conta do sujeito em sua historicidade e particularidade.

Além disso, podemos observar que, no que diz respeito a Educação Infantil, muito foi conquistado mas ainda há muito o que se avançar não apenas no sentido da universalização e ampliação do acesso, mas também na construção de práticas pedagógicas que reflitam as particularidades da criança com deficiência intelectual.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANACHE, A.A. **Reflexões sobre o diagnóstico psicológico da deficiência mental utilizado em educação especial**. Educação On-line. Seção Educação Especial, fev-2002. Disponível em: http://www.educacaoonline.pro.br/reflexoes_sobre_diagnostico.asp. Acesso em 26 de Março de 2018.

_____. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96.

_____. MEC. SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Versão final. Brasília, DF, 2018.

BRIDI, F. R. S. **Os processos de identificação e diagnóstico: os alunos com deficiência mental no contexto do atendimento educacional especializado**. 210f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Porto Alegre, RS, 2011.

FREITAS, M.T.de A. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**. Cadernos de Pesquisa, n.116, p.21-39, julho/2002.

JANNUZZI, G. R. de. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sóciohistórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Mental retardation: meeting the challenge**. Genebra: OMS. 1985

SASSAKI, R. K. **Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? doença ou transtorno mental?** Revista Nacional de Reabilitação, ano IX, n. 43, mar./abr. 2005, p.9-10. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000146&pid=S14136538201200010000200020&lng=pt. Acesso em: 02 de Abril de 2018.

VIGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas**. Tomo III – Madrid: Visor, 1995.

_____. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.